



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 31 de Março de 2023
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVII

Nº 2558



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



17/03/2023 ATA Nº34 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata Reunião Extraordinária dia 17/03/2023 – No decimo sétimo dia do mês
2 de março de 2023, às 08h30min, nos reunimos na Sala dos Conselhos
3 Municipais, localizada na R. Tito Fulgêncio nº 117, Centro, com a presença dos
4 seguintes conselheiros: Luciene Maria Barreto, Isaura Helena Lemes, Shirleene
5 Maria da Costa, Ricardo Martins Alves, Érina Soares Da Silva, Marlon Vieira
6 Rocha Junior, Cimeide Maria de Oliveira Portilho, Mariana Machado Mundim
7 Marques, Camilla Mundim Pereira, Thayane Fernandes Veloso, a presidente do
8 CMAS Gabriela Martins Resende e a secretária dos conselhos municipais
9 Milena Gasparina Da Silva. Para essa reunião tivemos como pauta Deliberação
10 do Plano de Serviço do Piso Mineiro de 2023. A presidente Gabriela Martins dá
11 início a reunião, agradecendo a todos por comparecerem extraordinariamente e
12 então inicia-a apresentando a todos os conselheiros o ofício recebido pela
13 Secretaria Municipal de Inclusão Social, referente ao Plano de Serviço Piso
14 Mineiro 2023, para apreciação e aprovação. Após deliberado, o mesmo foi
15 aprovado por unanimidade por todos. Posteriormente, a presidente do CMAS
16 vai lançar no sistema sigcon o que for referente ao Conselho Municipal de
17 Assistência Social. Após a reunião será feito a Resolução que aprova o Plano
18 de Serviço do Piso Mineiro 2023. Para finalizar, Gabriela repassou aos
19 conselheiros as datas que acontecerão as Pré-conferências nos CRAS, sendo
20 dia 22/03/2023 no CRAS da Lagoinha, dia 27/03/2023 no CRAS de Celso
21 Bueno e no dia 29/03/2023 nos CRAS da Santa Rita e da Vila Nova. Gabriela
22 para encerrar a reunião, se despede, e agradece a todos a presença. Nada
23 mais havendo a acrescentar, e, para constar, eu, Milena Gasparina Da Silva
24 lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, será assinada
25 pelos Presentes:
26 Gabriela Martins Resende *Gabriela Martins Resende*
27 Érina Soares da Silva *Erina Soares da Silva*
28 Shirleene Maria da Costa *Shirleene Maria da Costa*
29 Milena Gasparina Da Silva *Milena Gasparina Da Silva*
30 Luciene Maria Barreto *Luciene Maria Barreto*
31 Isaura Helena Lemes *Isaura Helena Lemes*
32 Camilla Mundim Pereira *Camilla Mundim Pereira*
33 Ricardo Martins Alves *Ricardo Martins Alves*
34 Thayane Fernandes Veloso *Thayne Fernandes Veloso*
35 Marlon Vieira Rocha Junior *Marlon Vieira Rocha Junior*
36 Cimeide Maria de Oliveira Portilho *Cimeide Maria de Oliveira Portilho*
37 Mariana M.M Marques *Mariana M.M Marques*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 010, de 17 de março de 2023

RESOLUÇÃO Nº 010/2023
CMAS
MONTE CARMELO/MG

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE SERVIÇO PISO
MINEIRO DE 2023, DE MONTE CARMELO-MG

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso de suas atribuições,
fundamentadas pela Lei Municipal nº 1473, de 22 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO a aprovação em Reunião Extraordinária do dia 17 de março de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo, aprova o Plano
de Serviços Piso Mineiro de 2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo, 17 de março de 2023.

Gabriela Martins Resende
Gabriela Martins Resende
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
(Gestão 2021-2023)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 1477, de 12 de setembro de 2018.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 385000-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

RESOLUÇÃO EDITALÍCIA Nº 001, DE 31 DE MARÇO DE 2023

Dispõe sobre o Edital do Processo de Escolha Unificado dos
Membros do Conselho Tutelar do Município de Monte Carmelo-
MG, referente ao mandato de 2024/2028

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo-MG,
no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal
n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda nº 231/2022
e na Lei Municipal n. 1477/2018, com redação dada pela Lei nº 1937, de 07 de março de
2023 e pela Lei nº 1941, de 21 de março de 2023, abre as inscrições para a escolha dos
membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Monte
Carmelo e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do
Município de Monte Carmelo-MG, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no
período de 10 (dez) de janeiro de 2024 a 9 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com
o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).
1.2 O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria
de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder
Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

1.2.1 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço
público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

1.2.2 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar
correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência
para processar ou julgar o feito, conforme Estatuto dos Servidores Públicos de Monte
Carmelo-MG Lei Complementar nº008/2005, de 09 de dezembro de 2005 e suas posteriores
alterações.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o
disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem
decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	5	40 h	R\$ 2.633,59

1.6 O subsídio mensal dos membros do Conselho Tutelar é de R\$ 2.633,59 (dois mil,
seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos), incluído o valor referente ao
regime de sobreaviso, assegurada a revisão anual pelos mesmos índices que forem aplicados
aos servidores públicos municipais, a fim de recompor perdas inflacionárias, nos termos do
§ 1º do art. 67 da Lei Municipal nº 1477/2018.

1.7 Conforme a Lei Municipal nº 1477/2018 e posteriores alterações: o Conselho Tutelar
funcionará atendendo, através de seus conselheiros tutelares, sem prejuízo do atendimento
ininterrupto à população: das 08h00min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, com
expediente ao público das 8h às 11h30min e das 13h às 17h30min, perfazendo um total de
40 (quarenta) horas semanais de expediente normal, a serem cumpridas pelos 05 (cinco)
conselheiros tutelares, na sede do órgão, conforme planejamento elaborado pela Secretaria
Municipal de Inclusão Social.

1.8 Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso,
inclusive nos fins de semana e feriados.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo
de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990
(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), a Resolução n. 231/2022 do Conanda, e a
Lei Municipal n. 1477/2018 e suas posteriores alterações.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e
no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescido das
vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta neste Edital, sendo-lhes
assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato,
exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Monte Carmelo-MG
ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990
(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na

Lei Municipal nº 1477/2018 e suas posteriores alterações.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

- I. Inscrição para registro das candidaturas;
- II. Aplicação de prova de conhecimentos específicos, de caráter eliminatório.
- III. Avaliação psicológica, de caráter eliminatório;
- IV. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;
- V. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo, uninominal e secreto dos eleitores do Município de Monte Carmelo-MG, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e na Lei Municipal nº 1477/2018, com redação dada pela Lei nº 1937, de 07 de março de 2023 e pela Lei nº 1941, de 21 de março de 2023, a saber:

- I. Reconhecida a idoneidade moral;
 - II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
 - III. Residência no Município;
 - IV. Apresentar no momento da posse o certificado de conclusão do Ensino Médio;
 - V. Não ter sido suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar nos últimos 5 (cinco) anos, por decisão administrativa ou judicial;
 - VI. Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
 - VII. Não ser membro, desde o momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - VIII. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).
- 3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:
- I. Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada;
 - II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;
 - III. Certificado de quitação eleitoral;
 - IV. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;
 - V. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;
 - VI. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;
 - VII. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União;

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONDUÇÃO

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.1.2 Havendo candidatos na situação descrita no item acima, todos podem concorrer ao cargo, porém apenas o mais votado será empossado, permanecendo os demais na suplência e assumindo a função apenas no caso de afastamento ou de licença do titular que gerou o impedimento.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DA 1ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 03 (três) de abril a 28 (vinte e oito) de abril de 2023, em horário de atendimento ao público das 08h às 11h / 13h às 17h, na Sede dos Conselhos Municipais, situada a Rua Tito Fulgêncio, nº 117, Bairro Centro, em Monte Carmelo; e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3.2 deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal n. 1477/2018 e posteriores alterações, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA; em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3.2 deste Edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

6.10 Caberá à Comissão Especial decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos.

6.11 Sem prejuízo da publicação oficial, os candidatos serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que lhe digam respeito por meio do endereço de e-mail ou por aplicativo de mensagem eletrônica do número de telefone identificado no formulário de inscrição, dispensando-se a confirmação de recebimento ou outras formas de notificação pessoal.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal nº 1477/2018 e posteriores alterações e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

7.5 A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 08 (oito) de maio de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7.6 Publicada a lista dos inscritos, qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 5 (cinco) dias, de 09/05/2023 a 15/05/2023 (nove de maio a quinze de maio de 2023), no horário de atendimento ao público, na Sede dos Conselhos Municipais, situada a Rua Tito Fulgêncio, nº 117, bairro Centro, em Monte Carmelo.

7.7 Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7.8 Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 7.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o dia 26/05/2023, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.9 Das decisões da Comissão Especial, os candidatos ou os impugnantes poderão interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias, no horário de atendimento ao público, na sala dos conselhos municipais, situada a Rua Tito Fulgêncio, nº 117, bairro Centro, em Monte Carmelo.

7.10 Havendo recurso, a Plenária do CMDCA se reunirá em caráter extraordinário para julgamento no prazo de 5 (cinco) dias, notificando os interessados acerca da data definida, publicando posteriormente extrato de sua decisão.

7.11 Finalizada a etapa recursal, será publicada a lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas, o que deverá ocorrer até o dia 12 (doze) de junho de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7.12 Todos os candidatos com inscrições deferidas, deverão:

- I. submeter-se a uma prova de conhecimentos, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- II. submeter-se à avaliação psicológica, de caráter eliminatório.

8. DA 2ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – PROVA DE CONHECIMENTOS

8.1 No dia 18 de junho de 2023, em horário e local a serem definidos e publicados pela Comissão Especial Organizadora, será realizada a prova de conhecimentos.

8.2 A prova de conhecimentos versará sobre as respectivas questões:

Disciplina	Nº de Questões	Peso
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, com as alterações posteriormente introduzidas (ECA)	15	2,5
Lei Municipal nº 1477/2018, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre os "Parâmetros da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências"	15	2,5
Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que dispõe sobre "Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)"	5	1,25
Noções Básicas de Informática	5	1,25
Língua Portuguesa	5	1,25
Políticas Públicas	5	1,25

8.3 A prova de conhecimentos avaliará a capacidade de interpretação de texto, conhecimentos específicos supracitados e noções básicas de informática, cujas bibliografias sugeridas para estudos estão previstas no Anexo V deste Edital.

8.4 A prova constará de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas para cada questão, sendo 30 questões no valor de 2,5 cada e 20 questões no valor de 1,25 cada, totalizando 100 pontos; conforme disposto no quadro acima.

8.5 O candidato terá 04 horas para realizar a prova.

8.6 A prova será realizada em 18/06/2023, por empresa especializada e contratada pela Secretaria Municipal de Inclusão Social de Monte Carmelo, em local e horário a ser divulgado pela Comissão Especial, 15 dias antes da data prevista.

8.7 Caso haja necessidade de alterar dia, horário e local de realização das provas, a Comissão Organizadora publicará as alterações no Diário Oficial do Município e em todos os locais onde o edital estiver afixado, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

8.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

8.9 Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

8.10 No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco a doutrina sobre a matéria.

8.11 Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados.

8.12 Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.

8.13 Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

8.14 O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade, de acordo com o Anexo IV.

8.15 A candidata inscrita em fase de amamentação, que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

8.15.1 Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

8.16 O gabarito será divulgado pela Comissão Organizadora em 19 de junho de 2023, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

8.17 Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 70% (setenta por cento) da pontuação total atribuída à prova.

8.18 A divulgação da lista provisória de aprovados na prova de conhecimentos ocorrerá no dia 19 de junho de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos, no horário de atendimento ao público, na Sede dos Conselhos Municipais, situada a Rua Tito Fulgêncio, nº 117, Bairro Centro, no prazo de 2 (dois) dias, ou seja, nos dias 20 e 21 de junho de 2023.

8.19 Os recursos relativos à prova de conhecimento serão apreciados pela Comissão Especial, que deverá publicar decisão até o dia 26 de junho de 2023, publicando-se, em seguida, a lista dos candidatos habilitados a avaliação psicológica, com cópia ao Ministério Público.

9. DA 3ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

9.1 No dia 02 de julho de 2023, em horário e local a serem definidos e publicados pela Comissão Especial Organizadora, será realizado a avaliação psicológica.

9.2 A avaliação psicológica será realizada por profissional habilitado e contratado por empresa especializada pela Secretaria Municipal de Inclusão Social e visa verificar, mediante o uso de instrumentos psicológicos específicos (testes psicológicos reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia), o perfil psicológico adequado ao exercício da função de conselheiro tutelar.

9.3 Deverão ser avaliadas as condições psicológicas adequadas do conselheiro para trabalhar com conflitos sociofamiliares atinentes ao cargo e exercer, em sua plenitude, as atribuições constantes nos artigos 95 e 136 da Lei Federal nº 8.069/90 e da legislação municipal em vigor.

9.4 A divulgação da lista provisória dos candidatos considerados “aptos” ocorrerá até o dia 07 de julho de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

9.5 Caso o candidato não encontre seu nome na lista provisória, será possível a interposição de recurso, no horário de atendimento ao público, na Sede dos Conselhos Municipais, situada a Rua Tito Fulgêncio, nº 117, bairro Centro, no prazo de 2 (dois) dias, no período de 10 e 11 de julho de 2023.

9.6 O resultado final da avaliação psicológica será divulgado em 14 de julho de 2023, listando os candidatos considerados “aptos”.

9.7 Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos habilitados, o que deverá ocorrer até dia 17 (dezoito) de julho de 2023, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

10. DA Reunião com os candidatos, para Comunicações/Orientações Gerais

10.1 No dia 20 de julho de 2023 ocorrerá uma reunião com os candidatos habilitados, onde a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste edital, no que diz respeito notadamente:

- aos votantes (quem são, documentos necessários, etc.);
- às regras da campanha (vedações, penalidades etc.);
- à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, nome social, codinome ou apelido, etc.);
- à definição do número de cada candidato; que será composto por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos;
- aos critérios de desempate;
- aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;
- à data da posse.

10.1.2. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

10.1.3. O candidato que não comparecer à reunião acórdará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.

10.1.4. Da reunião deverá ser lavrada ata, na qual constará a assinatura de todos os presentes.

11. DA IV ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - Da reunião que apresenta os candidatos à Comunidade e autoriza a campanha eleitoral

11.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 08 (oito) de agosto de 2023, em horário e local a serem definidos e publicados pela Comissão Especial Organizadora.

11.2 De 17 de agosto de 2023 à 30 de setembro de 2023, será o período de campanha/propaganda eleitoral.

11.3 Da Propaganda Eleitoral

11.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

11.3.2 A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *currículo vitae*.

11.3.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

11.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

11.4.1 As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar;

11.4.2 Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

11.4.3 Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 05 (cinco) candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA;

11.4.4 Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas

11.4.5 Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;

11.5 Das Condutas Vedadas

11.5.1 Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução n. 231/2022 do Conanda e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

- Abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- Doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;
- Participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- Abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;
- Abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;

VII - Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;

VIII - Distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

- considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;
- considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;

XI - abuso de propaganda na internet e em redes sociais

XII - É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho

XIII - É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato

XIV - É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.

XV - É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

11.6 A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

11.7 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

11.8 A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

11.9 A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;
- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;
- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

11.9.1 Para o fim deste Edital, considera-se:

- internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em

- escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;
- II. aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;
- III. página eletrônica: o endereço eletrônico na internet subdividido em uma ou mais páginas, que possam ser acessadas com base na mesma raiz;
- IV. blog: o endereço eletrônico na internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal;
- V. impulsionamento de conteúdo: o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo;
- VI. rede social na internet: a estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns;
- VII. aplicativo de mensagens instantâneas ou chamada de voz: o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*.
- VIII. disparo em massa: envio automatizado ou manual de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários, simultaneamente ou com intervalos de tempo, por meio de qualquer serviço de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

11.10 Das Penalidades

11.10.1 O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora.

11.10.2 As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato.

11.10.3 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento.

11.10.4 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

11.10.5 Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.

11.10.6 A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão.

11.10.7 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

11.10.8 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.10.9 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12. DA V ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - DA ELEIÇÃO

12.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto direto, facultativo, uninominal e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

12.2 A eleição será realizada no dia 1º de outubro de 2023, das 8hs às 17hs.

12.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial dia 17 (dezoito) de agosto de 2023, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

12.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

12.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 90 (noventa) dias antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

12.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

12.7 O voto é sigiloso, e o eleitor votará em cabina indelevável.

12.8 Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem carteira de identidade ou outro documento oficial equivalente, com foto;

12.8.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

12.8.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

12.9 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

12.10 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a indicação do respectivo número do candidato.

12.10.1 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato.

12.10.2 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.

12.10.3 As 08h do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;

12.10.4 O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.11 Será considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) em branco;

e) que tiver o sigilo violado.

12.12 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.

12.12.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

12.12.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

12.12.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.

12.13 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

12.14 Compete à cada mesa de votação:

a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;

b) Lavar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora;

12.15 Os candidatos poderão indicar um fiscal por cada local de votação, que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deles à Comissão Especial até o dia 25/09/2023 (vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três).

12.16 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreta;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

12.17 É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

13. APURAÇÃO

13.1 A apuração dar-se-á no local de votação, nas respectivas salas de votação e/ou em local definido pela Comissão Especial, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença dos escrutinadores, do representante do Ministério Público, e da Comissão Especial.

13.1.1 Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.

13.1.2 A Comissão Organizadora, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

13.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação exclusivamente a respeito da apuração, que será decidida pela Comissão Especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.3 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

13.4 Todos os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

13.5 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de conhecimentos; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

14. PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

14.1 O resultado da eleição será publicado no dia 03/10/2023 (três de outubro de dois mil e vinte e três), em edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, bem como afixado em mural do Município e do CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

14.2 Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

14.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10/01/2024.

14.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

14.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

14.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

15. DO CALENDÁRIO

15.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

Data	Etapa
31/03/2023	Publicação do Edital
03/04/2023 a 28/04/2023	Prazo para registro das candidaturas (item 6.1)
Publicação Inscritos: 08/05/2023	Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-se cópia ao Ministério Público (itens 7.5 e 7.6)
Impugnação: 09/05/2023 a 15/05/2023	

16/05/2023 à 22/05/2023	Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, com abertura do prazo de 5 dias para defesa. Realização de reunião da Comissão Especial para decidir acerca da impugnação. (item 7.7)
26/05/2023	Análise do pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial (item 7.8)
29/05/2023 à 02/06/2023	Prazo para interposição de recurso à Plenária do CMDCA acerca das decisões da Comissão Especial (item 7.9)
05/06/2023 à 09/06/2023	Julgamento, pelo CMDCA, dos recursos interpostos, com publicação acerca do resultado (item 7.10)
12/06/2023	Publicação, pelo CMDCA, de relação final das inscrições deferidas e indeferidas após o julgamento dos recursos pelo CMDCA, com cópia ao Ministério Público (item 7.11)
18/06/2023	Aplicação da prova de conhecimentos (item 8.1)
19/06/2023	Gabarito da prova objetiva (publicação dos resultados da prova) (item 8.18)
20/06/2023 e 21/06/2023	Abertura do prazo de 2 (dois) dias para recurso dos candidatos em relação a prova objetiva (item 8.18)
26/06/2023	Lista dos candidatos habilitados para avaliação psicológica, com cópia ao Ministério Público (item 8.19)
02/07/2023	Realização da avaliação psicológica (item 9.1)
07/07/2023	Lista provisória dos "aptos e não-aptos" (item 9.4)

10/07/2023 e 11/07/2023	Abertura do prazo de 2 (dois) dias para recurso dos candidatos em relação a avaliação psicológica (9.5)
14/07/2023	Publicação definitiva dos candidatos "aptos" na avaliação psicológica após recursos (item 9.6)
17/07/2023	Publicação Lista Final dos candidatos habilitados. (item 9.7)
20/07/2023	Reunião com os candidatos, para Comunicações/Orientações Gerais (item 10.1)
08/08/2023	Sessão que apresenta os candidatos à Comunidade e autoriza a campanha eleitoral (item 11.1)
17/08/2023 à 30/09/2023	Início do período de campanha/propaganda eleitoral (item 11.2)
17/08/2023	Divulgação dos locais de votação (item 12.3)
25/09/2023	Indicação de um fiscal (item 12.15)
01/10/2023	Eleição (item 12.2)
03/10/2023	Publicação do resultado da eleição (item 14.1)
10/01/2024	Posse (item 14.3)

15.2 Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conanda e na Lei Municipal nº 1477/2018 e posteriores alterações, sem prejuízo das demais leis afetas.

16.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

16.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

16.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

16.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

16.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

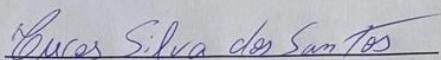
16.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

16.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

16.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça com atribuição na Infância e Juventude, no prazo de 72 (setenta e duas horas)

16.10 Fica eleito a Vara da Infância e Juventude do Foro da Comarca de Monte Carmelo-MG para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Monte Carmelo, 31 de março de 2023.



LUCAS SILVA DOS SANTOS

Presidente Do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente
Gestão 2022-2024

ANEXO I

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
DE MONTE CARMELO/MG

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: _____

Nome social _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Identidade nº _____, CPF nº _____

Rua/Avenida/outro: _____ Nº _____

_____, Complemento _____, Bairro: _____

CEP nº _____ - _____

Telefone residencial: _____ Telefone celular: _____

E-mail (legível) _____

DECLARAÇÃO

Declaro que todas as informações acima expostas são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes em caso de falsidade. Declaro, ainda, atender todas as condições exigidas para inscrição no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Monte Carmelo, bem como declaro me submeter às normas expressas no Edital CMDCA/MC nº 001/2023 e demais legislações pertinentes.

Monte Carmelo/MG, ____ de _____, de 2013.

ASSINATURA DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A)

ANEXO II

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
DE MONTE CARMELO

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO

Eu, _____

(nacionalidade) _____ (estado civil) _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, expedido por _____, em ____/____/____, CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, para fins de cumprimento do artigo 56, inciso III, da Lei Municipal nº 1.477/2018, que resido no Município de Monte Carmelo.

Declaro estar ciente de que estarei sujeito à aplicação das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes, em caso de falsidade da informação aqui prestada.

Monte Carmelo, ____ de _____ de 2023.

ASSINATURA DO(A) PRÉ-CANDIDATO(A)

ANEXO III

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MONTE CARMELO

DECLARAÇÃO

Eu, _____, declaro para os devidos

fins, sob pena de responsabilidade, que não fui penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar nos últimos 5 (cinco) anos.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MONTE CARMELO

Preencha os espaços abaixo, apenas se necessitar de condição especial para realização da prova de conhecimentos.

Tendo em vista _____, solicito que sejam disponibilizados os seguintes recursos materiais/humanos para que eu possa responder a prova de conhecimentos:

ANEXO V

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MONTE CARMELO

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

a) Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

b) Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;

BRASIL. Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

c) Lei Municipal nº 1.477, de 12 de setembro de 2018, com redação dada pela Lei nº 1937, de 07 de março de 2023 e pela Lei nº 1941, de 21 de março de 2023;

MONTE CARMELO. Lei Municipal nº 1.477, de 12 de setembro de 2018. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

d) Políticas Públicas:

1. Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência / Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. Coordenação: Renata Dejtiar Waksman, Mário Roberto Hirschheimer – Brasília: CFM, 2011. Capítulo 1 (13 - 30); Capítulo 2 (31-38); Capítulo 3 (39-48); Capítulo 4 (57-62); Capítulo 6 (73-75). Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/manual%20atendimento%20crianca%20adolescente.pdf>

2. MIOTO, R.C. T. A Centralidade da Família na Política de Assistência Social: Contribuições para o Debate. Revista de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.periodicoeletronico.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3756>

3. O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o Desafio do Trabalho em “Rede”; (Digiácomo, Murillo José). Disponível em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselhos_direitos/Sistema_de_Garantias_ECA_na_Escola_II.pdf

4. VARELLA Santiago Falluh. O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA – Módulo I): conteúdo e metodologia. Brasília, 2004. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2698/1/TD_1012.pdf

5. Os Regimes de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios. Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília, 2006. 84 p. Disponível em http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Os%20Regimes%20de%20Atendimento%20no%20Estatuto%20da%20Crian%C3%A7a%20e%20do%20Adolescente.pdf

6. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

e) Noções básicas de informática: Conceitos de Hardware e Software: conhecimentos

básicos. Conhecimentos sobre o Microsoft Windows 10 e do Microsoft Office 2013 (MS Word, Excel e Power Point). Noções de internet e intranet. Ferramentas de buscas. Utilizando software antivírus. E-mail, site, homepage, browsers ou navegadores. Aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup). Memória. Unidades de armazenamento. Dispositivos de entrada e saída.

f) Língua Portuguesa: Noções de Interpretação de texto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2018 - Concorrência nº 01/2018, Processo nº 35/2018, Tipo: Menor Preço Global. **Contratada:** Séculus Construtora Ltda, CNPJ: 03.698.525/0001-30. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para a Execução de Obra Inacabada, para Término da Construção da Escola no Bairro Bela Suíça, Município de Monte Carmelo-MG, Conforme Termo de Compromisso PAR nº 19630/2013/FNDE – Ministério da Educação. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato nº 83/2018 por mais 12 meses de 19/04/2023 a 19/04/2024. Data: 30/03/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO. Primeiro Termo de Apostilamento da Ata de Registro de Preços 24/2023, Pregão SRP Nº 16/2023 - Processo nº 31/2023. Celebram entre si o

Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78 e a Empresas: Posto Carmelitano Ltda, CNPJ: 71.304.497/0001-80. Objeto: Refere-se a Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis Destinados a Frota de Veículos e Máquinas Pertencentes ao Município de Monte Carmelo – MG. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o APOSTILAMENTO da Ata de Registro de Preços nº 24/2023, concedendo o reequilíbrio de valor conforme informado pelo fornecedor através de notas fiscais. Ata de Registro de Preços nº 24/2023: item 02: Óleo Diesel Comum LT– Percentual Concedido: 9,58%. Valor atualizado: R\$ 5,97. Item 03: Óleo Diesel S10 LT – Percentual Concedido: 11,09%. Valor atualizado: R\$ 6,11. Monte Carmelo, 30 de março de 2023. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal de Fazenda.

EXPEDIENTE**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br